



PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE MERITI
Secretaria Municipal de Educação
Divisão de Orientação Educacional – PROSA
A Orientação Educacional frente os desafios contemporâneos.



MARCIA PEREIRA RIBEIRO

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL COMO COADJUVANTE DA DIFUSÃO DA
LIBRAS NO AMBIENTE ESCOLAR.

São João de Meriti - RJ

2014

A Orientação Educacional como coadjuvante da difusão da LIBRAS no ambiente escolar.

Marcia Pereira Ribeiro.

O orientador educacional é o profissional que atua diretamente com os alunos e suas famílias. E tem um papel muito significativo dentro da Equipe Gestora e toda a comunidade escolar.

Dentre outras, são atribuições do O.E. auxiliar no desenvolvimento pessoal do educando em parceria com o professor, orientar quanto ao respeito das escolhas dos alunos, na manutenção do bom relacionamento com colegas, familiares e comunidade escolar e na organização e realização da proposta pedagógica, entre outras. Tomando como base essas atribuições e o momento atual em que, plausível, a legislação vigente garante o acesso de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, torna-se importante o conhecimento de assuntos como: surdez, identidade surda e a forma de comunicação peculiar dos alunos surdos incluídos nas classes regulares de ensino. Não só a Constituição brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, ¹“o livro de bolso dos OEs”, no capítulo IV fala sobre o direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Nesse capítulo, no art 54, dentre outras coisas, diz que: “é dever do Estado assegurar à criança e adolescente: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A escola como ambiente socializador, e em especial o Orientador Educacional, são agentes colaboradores e devem apoiar a difusão da língua de sinais - LIBRAS.

De acordo com GOLDFELD (2002), a aquisição da língua de sinais pelas crianças surdas se dá da mesma forma que as crianças ouvintes aprendem a fala. A criança surda filho de pais surdos desenvolve a língua de sinais com naturalidade. Dependendo da maturação da criança que internaliza a língua do mais simples para o mais complexo. Segundo Costa (2011), a criança passa por três fases. A primeira fase inicia com um período parecido com o balbúcio dos bebês ouvintes. A criança

¹ Grifo meu

realiza gestos que podem se confundir com sinais. Porém são movimentos das mãos com algumas formas, ainda não são sinais. A segunda fase é denominada de “Frase de uma palavra”. Nessa fase a criança surda começa a nomear as coisas, ou seja, relaciona um sinal a um dado objeto. Como a criança ouvinte que troca e/ou omite fonemas nessa fase. Fase da “Frase de uma palavra” podem-se encontrar dois tipos de sinais: **Sinais Congelados** que são os mesmos dos surdos adultos, porém, sem flexão de número ou concordância verbal ou aspecto; e o **Apontar não linguístico** que se inicia por volta dos dez meses, onde o bebê surdo aponta para si e para os outros. Porém, por volta de doze e dezoito meses esses pontos para pessoas somem completamente da produção linguística reaparecendo entre os dois e três anos. E a terceira fase chamada de “Frase de duas palavras”, começa a partir de dois anos e meio. A criança surda cria disposição dos sinais na frase, ainda que não tenha flexão e concordância à ordem dos sinais é a formação de sua primeira sintaxe. A partir desta experiência, a criança surda começa a adquirir a morfologia da língua de sinais. Porém, diferentemente, os surdos filhos de pais ouvintes, que é a maioria na nossa realidade, adquire a língua de sinais didaticamente em ambientes próprios como escolas, cursos, nas comunidades surdas; como os ouvintes aprendem outro idioma, o espanhol por exemplo.

A teoria da variação linguística (Labov, 1972), que surgiu nos Estados Unidos na década de sessenta, é contrária a perspectiva homogeneia e uniforme da língua. A Sociolinguística aponta como objetivo a análise e sistematização das variantes linguísticas compartilhadas na mesma comunidade de fala relacionando os aspectos de língua e de sociedade. Para Guy (2001) citado por Quadros (2009, p. 43), existem três aspectos fundamentais para conceituar a comunidade de fala: as pessoas que fazem parte desse grupo devem ter em comum traços linguísticos que as diferem de outros grupos; a comunicação deve ser constante entre eles; devem compartilhar das mesmas regras e atitudes em relação à linguagem. O mesmo acontece com os indivíduos surdos em relação a LIBRAS.

A noção de idioleto surgiu quando Herman Paul isolou a “língua do indivíduo do uso linguístico do grupo”, segundo WLH (1968) citado por Quadros (2009). Quadros explica que o idioleto é uma “**gramática psicológica internalizada que gera a fala dos indivíduos**”. Diferente da comunidade de fala que estuda o coletivo, este se preocupa com as particularidades linguísticas do usuário. Pode-se

perceber com os estudos de Quadros (2009), que nas línguas de sinais existem variáveis coletivas e individuais em termos de vocabulário. Deve-se levar em consideração a faixa etária dos sujeitos, a origem da língua sinalizada, o quantitativo de usuário de língua materna versus segunda língua, o tamanho da comunidade usuária. Esses são detalhes que ajudam a compreensão do modo de utilização da língua de sinais e o entendimento que essa pode evoluir ao longo do tempo conforme as funções sociais. O ideal seria o envolvimento de toda comunidade escolar quanto à questão da inclusão. Mas, ainda existem algumas barreiras, como o preconceito, o desconhecimento de que há diferentes formas de perceber o mundo. Isso não pode ser impedimento para a interação de surdos e ouvintes. Essas barreiras precisam ser transpostas e o Orientador Educacional pode auxiliar a comunidade escolar, juntamente com toda equipe, a organizar Grupos de Estudos na Unidade Escolar, enviar propostas de Formação Continuada as Secretárias de Educação, preparar os professores, mesmo que teoricamente, para receber essa clientela que é fonte de aprendizado e de cultura distinta a nossa.

BIBLIOGRAFIA

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 5ª ed.; São Paulo: Plexus Editora, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (org.). **Estudos surdos IV**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

Quem é e o que faz o Orientador Educacional.

<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/orientador-educacional-424364.shtml>

Publicado em março 2003. acesso: 26/06/2014.

SANTANA, Ana Paula. **Surdes e linguagem: aspectos e implicações neurolinguística**. São Paulo: Plexus, 2007.

VANIN, Aline Aver. **Considerações relevantes sobre definições de ‘comunidade de fala’ idade de fala**. <file:///C:/Users/Mauro/Downloads/6367-28819-1-PB.pdf>
acesso em 23/05/2014.